

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243

Telephone: 517 700

Fax: 5130 36

website: [www. www.au.int](http://www.au.int)

CONFERÊNCIA DA UNIÃO
Vigésima Sétima Sessão Ordinária
17-18 de Julho de 2016
Kigali, Ruanda

Assembly/AU/5(XXVII)
Original: Inglês/Francês

RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA
SOBRE A SITUAÇÃO ACTUAL DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA

RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA SOBRE A SITUAÇÃO ACTUAL DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA

I. INTRODUÇÃO

1. Desde a 26ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana (UA), realizada em Adis Abeba, nos dias 30 e 31 de Janeiro de 2016, a situação de paz e segurança em África continuou frágil. Esta situação que afecta muitas partes do continente, abriu algum espaço para o terrorismo e o extremismo violento em algumas áreas. Os ataques terroristas resultaram em grandes perdas de vidas humanas, ferimentos, mutilação, deslocamento de pessoas e o fluxo de refugiados, bem como a destruição de propriedades e infra-estruturas. Além disso, os efeitos nefastos das alterações climáticas e o surto do Vírus do Ébola e outras epidemias tiveram e continuam a ter consequências socioeconómicas, humanitárias e ambientais trágicas para África e seu povo. Colectivamente, os efeitos dos conflitos, crises e terrorismo, bem como o surto de epidemias, dificultam severamente os esforços no sentido da integração socioeconómica e desenvolvimento em África.

2. Aliado aos desafios apresentados acima está a questão da governação, que continua a ser uma das principais fontes de tensão e instabilidade em alguns países, desencadeando assim conflitos violentos e crises. Infelizmente, a resolução e a gestão destes conflitos desviam os recursos que noutras circunstâncias poderiam ser atribuídos para a melhoria das condições sócioeconómicas das populações africanas. O facto da instabilidade e dos conflitos continuarem a devastar partes do nosso continente constitui um obstáculo terrível, numa altura em que nos estamos a mobilizar para implementar a fase inicial da Agenda 2063. À medida que reconhecemos este impedimento e o imperativo de superá-lo urgentemente, devemos recordar os nossos compromissos de calar as armas em África até o ano 2020 e mantê-las em silêncio no futuro.

II. SITUAÇÃO DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA

a) Somália

3. O processo político na Somália registou progressos com a implementação da Visão 2016 que visa a realização de eleições até Agosto/Setembro de 2016, tendo como base um modelo eleitoral consensual, conforme estabelecido pelos intervenientes somálicos. O processo de formação do estado está quase concluído, apesar dos conflitos e rivalidades entre clãs.

4. Embora as forças do Al Shabaab tenham sido significativamente reduzidas e enfraquecidas, o Al Shabaab possui ainda capacidade de realizar ataques mortais, como pode ser comprovado pelos seus recentes ataques. Por conseguinte, é importante que os Estados-membros e a Comunidade Internacional continuem a apoiar as operações da Missão da União Africana na Somália (AMISOM), para que se mantenha o ímpeto. Nesse sentido, é preocupante o facto da União Europeia (UE) ter reduzido o financiamento do subsídio das tropas em 20%. Embora a UE tenha melhorado os procedimentos de pagamento aos Países que Contribuem para Tropas da AMISOM, através de uma abordagem de pagamento de um montante global, cujo objectivo é acelerar o desembolso, esta medida não colmata a lacuna criada pelo corte de 20%. Além disso, a decisão da UE

de alterar o procedimento de pagamento do subsídio das Forças de Defesa Nacional do Burundi (BNDF) pode afectar negativamente a eficácia das operações da AMISOM. Face a estes desafios, o CPS convidou o Conselho de Segurança das Nações Unidas a reforçar o apoio financeiro à AMISOM através da utilização das Contribuições Estatutárias das Nações Unidas, tendo em conta que ao implantar uma missão na Somália, a UA está a agir em nome do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que tem a responsabilidade primária pela manutenção da paz e segurança internacionais e visa criar condições favoráveis para a estabilização e a reconstrução da Somália a longo prazo. Por outro lado, o CPS aprovou o Conceito de Operações da AMISOM (CONOPs), que se centra nos esforços que visam melhorar as operações da AMISOM e das Forças Nacionais de Segurança da Somália (SNSF), e na definição de prazos indicativos de uma estratégia de saída da Missão da Somália, até 2018. Nesse contexto, a implementação da Estratégia de Saída da AMISOM deve ser baseada em esforços sustentados com vista a reforçar as SNSF que deverão, a partir daí, assumir a responsabilidade da segurança nacional do país.

5. As necessidades humanitárias na Somália continuam graves, com persistentes vulnerabilidades. Em particular, a situação é marcada, entre outros, pela desnutrição nos campos das Pessoas Deslocadas Internamente (DIs). A AMISOM continuou a apoiar os esforços para melhorar a situação humanitária, abrindo as principais rotas de abastecimento para facilitar a prestação de ajuda humanitária.

6. À luz da situação encorajadora na Somália e apesar dos desafios ainda por serem resolvidas, a Conferência pode desejar saudar os esforços do Governo Federal da Somália (FGS), bem como da AMISOM e do Exército Nacional da Somália (SNA) pelo seu trabalho exemplar para a contribuição da edificação da paz em circunstâncias muito exigentes. A Conferência poderá desejar convidar o FGS, com o apoio da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), UA e parceiros, a envidar todos os esforços para concretizar a visão 2016, a fim de colocar a Somália no caminho da paz sustentável e do desenvolvimento. A Conferência poderá saudar o CANOPs da AMISOM revisto, incluindo a Estratégia de Saída nela contida, através da qual a AMISOM deverá deixar a Somália até 2018. A Conferência poderá desejar instar o Conselho de Segurança das Nações Unidas a levantar o embargo de armas imposto à Somália, tal como consta da Resolução 2244 (2015) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como um aspecto importante para a criação de instituições de segurança capazes na Somália.

b) Sudão do Sul

7. O regresso do Primeiro Vice-Presidente Riek Machar para Juba, em 26 de Abril de 2016, com o apoio da UA e a subsequente formação do Governo de Transição de Unidade Nacional (ToGNU) no Sudão do Sul foram considerados desenvolvimentos positivos na implementação do Acordo sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul (ARCSS), assinado em Agosto de 2015.

8. Infelizmente, a situação no Sudão do Sul alterou-se para o pior a 7 de Julho de 2016, quando eclodiram confrontos entre as forças governamentais e o Movimento Popular de Libertação do Sudão – Na Oposição (SPLM-IO). No momento da finalização do presente relatório, a situação de segurança deteriorou-se significativamente e informações indicam que o número de mortos situava-se acima de 200, foi restrita a livre circulação dos

cidadãos, crescia o número de pessoas deslocadas internamente. Infelizmente, os esforços conjuntos da liderança do país apelando à calma e para a cessação de fogo por parte dos comandantes militares foram ignorados. Estes últimos desenvolvimentos reverteram quaisquer progressos registados nos últimos meses, aumentando ainda mais a insegurança em Juba, com o potencial de propagar-se por grande parte do país. A situação é claramente exacerbada pela falta de confiança entre os líderes e o seu povo, daí a necessidade dos líderes sul sudaneses adoptarem medidas de criação da confiança que poderão criar as bases para a resolução destes problemas. Uma vez abordada a situação actual, haverá necessidade de um ambiente de trabalho favorável dentro do TGoNU, que abra o caminho para um processo de recuperação e reconciliação nacional adequado, bem como a abordagem de questões de responsabilização pelas violações dos direitos humanos cometidas durante o conflito. Nesse sentido, a criação de uma Comissão da Verdade, Reconciliação e Cura (CTRH), do Tribunal Híbrido para o Sudão do Sul (HCSS) e a Autoridade de Compensação e Repatriação (CRA), conforme solicitado tanto pelo relatório da Comissão de Inquérito da AU sobre o Sudão do Sul (AUCISS) como pelo ACRSS é uma questão de alta prioridade. A Comissão da UA está numa fase avançada de criação deste órgão, em consulta com o ToGNU. Enquanto isso, o CPS, nas suas decisões, manifestou a sua profunda preocupação relativamente ao facto da economia do Sudão do Sul necessitar da assistência de África e dos parceiros internacionais para evitar a possibilidade de um colapso total, o que poderia agravar a já precária situação económica, de segurança e humanitária.

9. A Conferência poderá, portanto, desejar apelar à liderança do país a exercer maior controlo sobre as suas forças e instar as facções em conflito a cessar fogo, com efeito imediato. Poderá igualmente desejar instar as partes a reverterem de imediato ao *TGoNU* e honrarem os seus compromissos conforme consta do acordo de Agosto de 2015, incluindo através da cooperação com a Comissão de Monitorização e Avaliação Conjunta (JMEC), a fim de alcançar uma paz duradoura. A Conferência deverá desejar igualmente instar a Comunidade Internacional a prestar assistência ao TGoNU a fim deste iniciar o seu funcionamento em pleno e ir ao encontro das necessidades do povo, como parte da provisão dos dividendos da paz. A Conferência pode ainda desejar louvar a decisão do CPS de visitar o Sudão do Sul no futuro, bem como solicitar uma conferência de Doadores em apoio ao Sudão do Sul. Além disso, a Conferência poderá saudar realização da reunião Ministerial da IGAD sobre a situação no Sudão do Sul, realizada a 11 de Julho de 2016. Nesse sentido, a Conferência poderá querer aprovar as recomendações da reunião de revisão do mandato da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), a fim de permitir a criação de uma Brigada de Intervenção de liderança africana e para o aumento do número de tropas para, entre outras, prestar protecção aos civis no país.

c) Sudão

10. As situações relativas ao Diálogo Nacional, à cessação das hostilidades em Darfur e às duas áreas do Nilo Azul e Kordofan do Sul continuam por ser resolvidas até à data. O Presidente do Painel de Implementação de Alto Nível da União Africana (AUHIP) realizou uma reunião para consultas estratégicas com as partes sudanesas chaves, ou seja, o Governo do Sudão (GdS), os líderes do Movimento de Libertação do Povo do Sudão-Norte (SPLM-N), o Movimento de Libertação do Sudão -Minni Minawi (SLM-MM), O Movimento de

Justiça e o Movimento pela Igualdade (JEM) e o Partido UMMA Nacional (NUP) de 18 a 21 de Março de 2016, em Addis Abeba, para abordar a questão. A reunião chegou a acordo relativamente ao Acordo de Roteiro, que incluiu concessões importantes feitas pelas partes. Em 21 de Março de 2016, o GdS assinou o Acordo de Roteiro e o AUHIP também assinou como testemunha. Os partidos da oposição e os movimentos armados expressaram reservas sobre o documento e ainda não o assinaram. Em 18 de Abril de 2016, o Apelo do Sudão, feito por alguns partidos da oposição e movimentos armados do Sudão, declarou unilateralmente a cessação das hostilidades no Nilo Azul e nos Estados do Kordofan do Sul, por um período de seis meses. Subsequentemente, o GdS também fez um anúncio semelhante, por um período de 4 meses, com início a partir de Sábado, 18 de Junho de 2016.

11. De igual modo, desde Janeiro de 2016, Darfur tem enfrentado desafios adicionais, quando o Exército de Libertação do Sudão de Abdul Wahid Nur (SLA/AW) lançaram ataques, que resultaram na eclosão de combates entre esse movimento e as Forças Armadas do Sudão (SAF) e, na área de Jebel Marra de Darfur Central, sob iniciativa deste Movimento. Depois desses confrontos, os relatórios da Operação Híbrida das Nações Unidas/União Africana em Darfur (UNAMID) indicaram que os confrontos resultaram na deslocação de mais de 100.000 pessoas. Enquanto isso, a UNAMID continuou a implementar o mandato que lhe foi conferido, embora com alguns desafios. Em Junho de 2016, o AUPSC e o CSNU renovaram o mandato da UNAMID por um novo período de 12 meses.

12. Em Abril de 2016, um referendo administrativo foi realizado pelo Governo do Sudão (GdS) para determinar se Darfur deveria ser um estado unitário ou reter os cinco Estados. Em 23 de Abril de 2016, foi anunciado que mais de 97% dos eleitores apoiavam a opção de manter a estrutura de cinco Estados. A Comissão da UA observou o referendo e informou que este tinha sido no geral pacífico. Em Maio de 2016, o Grupo de Trabalho Conjunto (GTC), estabelecido em 2015 pela UA, Nações Unidas e o GdS para desenvolver uma estratégia que levaria a uma saída suave da UNAMID visitou Darfur e concordou que houve uma melhoria da situação de segurança. O GTC concordou em retomar o seu trabalho em Setembro de 2016.

13. Á luz do descrito acima, a Conferência pode desejar reiterar o seu apoio relativamente a um Diálogo Nacional Sudanês inclusivo e a necessidade de mais esforços serem envidados para que este seja alcançado. Além disso, a Conferência pode desejar instar os partidos da oposição e os movimentos armados para cooperarem com o AUHIP para assinar o Acordo de Roteiro, dado que este representa um marco importante na determinação de uma via mais prática a seguir para enfrentar os desafios com que o Sudão se confronta. Além disso, a Conferência pode desejar instar o GdS e os movimentos armados de Darfur a envidarem mais esforços no sentido de por termo ao conflito em Darfur, através de um acordo de cessação das hostilidades e o seu cumprimento, bem como a adesão dos movimentos armados ao Acordo de Roteiro, possibilitando assim a participação em um diálogo Nacional Inclusivo. A Conferência pode desejar incentivar o GdS a continuar a facilitar o trabalho da UNAMID, *inter alia*, permitindo o acesso a áreas de conflito e permitindo igualmente a entrada de equipamento da UNAMID no país.

d) Burundi

14. A situação política, de segurança e dos direitos humanos no Burundi ainda é uma grande preocupação. A persistente insegurança, assassinatos selectivos contra personalidades políticas e militares, violência contra civis, bem como graves violações dos direitos humanos registados ao longo dos últimos 6 meses continuam a ser uma fonte de profunda preocupação. A Comunidade da África Oriental (CAO), com o apoio da UA, envidou os seus esforços na reactivação das iniciativas regionais e internacionais para um Diálogo Inter-burundês Inclusivo.

15. A Delegação de Alto Nível composta pelo Presidente Jacob Zuma da África do Sul, o Presidente Mohamed Ould Abdel Aziz da Mauritânia, o Presidente Macky Sall do Senegal, o Presidente Ali Bongo Ondimba do Gabão e o Primeiro-ministro Hailemariam Dessalegn da Etiópia, acompanhados pelo Embaixador Smail Chergui, Comissário para a Paz e Segurança, visitaram Burundi de 25 a 26 de Fevereiro de 2016, em conformidade com a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.598(XXVI) tomada pela 26^a Sessão Ordinária da Conferência, a 30 e 31 de Janeiro de 2016.

16. Durante as consultas, a Delegação concordou com as autoridades do Burundi em aumentar para duzentos (200) o número de observadores dos direitos humanos da UA (100) e peritos militares (100). Os membros da Delegação de Alto Nível manifestaram a sua disponibilidade para continuar a sua acção, em apoio aos esforços de mediação liderados pelo Presidente Yoweri Museveni do Uganda em nome da CAO, especialmente em relação à necessidade de garantir que todas as partes interessadas burundesas participem no Diálogo Inclusivo e preservem os ganhos do Acordo de Paz e Reconciliação de Arusha.

17. A 2 de Março de 2016, a Cimeira Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da CAO realizada em Arusha, reafirmou a necessidade de retomar o Diálogo e nomeou o antigo Presidente Benjamin Mkapa da Tanzânia, como Facilitador na crise do Burundi, sob a autoridade do Presidente Yoweri Museveni, Chefe de Mediação da CAO. Foi com este ímpeto renovado que, de 21 a 24 de Maio de 2016, o Diálogo Inter-burundês foi retomado em Arusha. Nos dias 10 e 11 de Junho de 2016, em Bruxelas, o Facilitador reuniu-se com os líderes do CNARED e outros líderes interessados.

18. Relativamente à situação de segurança e dos direitos humanos, a atenção da UA centrou-se nas várias violações dos direitos humanos, incluindo assassinatos selectivos, casos de tortura, execuções extrajudiciais, desaparecimentos de jovens, detenções arbitrarias e ilegais levadas a cabo pelos serviços policiais, pelo exército, Imbonerakure e por outras forças clandestinas. A Comissão envida os seus esforços para o destacamento de observadores dos direitos humanos e peritos militares no Burundi. Durante a elaboração do presente Relatório, 32 observadores dos direitos humanos e 15 peritos militares haviam sido destacados. Importa salientar que, a Comissão da UA foi informada de que o Governo do Burundi retomou o compromisso que assumiu perante a Delegação de Alto Nível da UA em relação ao destacamento de 200 observadores dos direitos humanos e peritos militares, argumentando que a situação de segurança alterou-se e que há necessidade de novas avaliações antes de um novo destacamento ser feito. Nesse contexto, saliente-se igualmente que o processo está bloqueado devido à exigência do Governo de destacar peritos militares não armados da UA na fronteira com o Ruanda e também de ter acesso

aos relatórios dos observadores e dos peritos militares antes de serem enviados à Comissão. Estas duas condições são naturalmente inaceitáveis.

19. A 12 de Julho de 2016, retomou-se o Diálogo Inter-burundês em Arusha, sob facilitação do antigo Presidente Benjamin Mkapa da Tanzânia. Lamentavelmente, o Governo do Burundi boicotou a primeira plenária, justificando-se que a CNARED não deveria ter sido convidada a participar naquela plenária. Após as reuniões bilaterais, a delegação do Governo retirou-se do Diálogo reiniciado.

20. A situação tensa prevalecente em Bujumbura causou um aumento do número de Deslocados Internos e o fluxo de refugiados para os campos localizados principalmente na Tanzânia e no Ruanda e mais agora na RDC. A situação económica deteriorou-se ainda mais devido principal e especialmente ao impacto da suspensão de cooperação entre o Burundi e alguns dos seus parceiros de desenvolvimento, especialmente a UE.

21. À luz da situação tensa no Burundi, a Conferência poderá reafirmar a determinação da UA de não poupar os seus esforços para ajudar o Burundi a restaurar e reconstruir a paz, segurança e estabilidade. Neste sentido, a Conferência poderá reiterar a necessidade imperativa de um diálogo verdadeiramente inclusivo, envolvendo todos os intervenientes sociopolíticos burundeses, liderados pelo Mediador da CAO, com o apoio do Facilitador, o antigo Presidente Benjamin Mkapa. A Conferência poderá desejar apelar à todas as partes burundesas a permanecerem envolvidas no Diálogo Inter-Burundês inclusivo e prestar a cooperação necessária ao Mediador e Facilitador da EAC. A Conferência felicita os membros da Delegação de Alto Nível em relação aos seus inestimáveis esforços para encontrar uma solução africana à crise prevalecente no Burundi. A Conferência poderá, igualmente, instar o governo burundês e todas as partes intervenientes burundesas no sentido de facilitar o destacamento de 200 observadores dos direitos humanos e peritos militares. A Conferência manifesta ainda o seu apreço aos parceiros da UA pelo seu apoio aos esforços da região e do continente e solicita-os a dar continuidade ao apoio às iniciativas de África no Burundi.

e) República Democrática do Congo

22. A situação na República Democrática do Congo (RDC) continuou a ser marcada por problemas relativos ao processo eleitoral, a realização do Diálogo Político Nacional e a contínua insegurança nas províncias da parte Oriental do país. A 26 de Março de 2016, foram eleitos os Governadores e Vice-governadores de 20 novas províncias, enquanto as modalidades e o calendário para a organização de 11 outras eleições, incluindo presidenciais e legislativas, previstas para este ano de 2016, ainda não foram determinadas. A Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENI) enfrenta vários desafios relacionados, particularmente, com o financiamento, revisão e conclusão das listas de eleitores e a segurança dos vários processos eleitorais, bem como questões logísticas e a adopção de um calendário consensual, aceitável para todas as partes interessadas congolezas.

23. O orçamento estimado do governo para apoiar o processo eleitoral é de 1.2 mil milhões de \$EU. Deste montante, o Governo reservou cerca de 500 milhões de \$EU no seu orçamento de 2016. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no

âmbito do seu programa de apoio ao ciclo eleitoral no Congo (PACEC), criou um Fundo Fiduciário, no qual, ainda não foi recebida nenhuma contribuição. Perante estes constrangimentos, as eleições, especialmente parlamentares e presidenciais, previstas para este ano de 2016 poderão não ser organizadas dentro dos prazos definidos conforme estipulado pela Constituição. É neste contexto que, no seu julgamento de 11 de Maio de 2016, o Tribunal Constitucional decidiu que o Presidente da República iria permanecer no cargo até à eleição do novo Presidente da República. O Tribunal decidiu, igualmente, sobre a situação da Conferência Nacional e o Senado, cujos membros continuam a desempenhar as suas funções de forma válida até às próximas eleições legislativas e do senado. Esta decisão do Tribunal Constitucional causou fortes protestos dos vários partidos políticos de oposição e actores da sociedade civil, os quais insistiram que as eleições deveriam ser organizadas dentro dos prazos constitucionais.

24. É de salientar que a 4 de Maio de 2016, o Sr. Moïse Katumbi confirmou a sua candidatura às eleições presidenciais. Contudo, ele foi alvo de investigação criminal por recrutar mercenários estrangeiros. Foi neste contexto que foi condenado à prisão, à revelia, uma vez que já tinha viajado à Europa por motivos de saúde.

25. Em relação ao Diálogo Político Nacional, a Conferência lembrar-se-á que nomeei o Sr. Edem Kodjo como Enviado Especial e Facilitador do referido Diálogo, com base em instrumentos relevantes da UA. Na altura de elaboração do presente relatório, a maioria presidencial e a sociedade civil já havia apresentado uma lista dos seus representantes ao Comité Preparatório de 30 membros. Mas a oposição liderada pela União para a Democracia e Progresso Social (UDPS), ainda não havia nomeado os seus representantes. Foi neste contexto que o Comissário para a Paz e Segurança viajou recentemente à Bruxelas para consultas com grupos de oposição da RDC para transmitir-lhes a necessidade de participar urgentemente no diálogo. A situação de segurança na parte oriental da RDC e nas fronteiras com os países vizinhos da RDC continua a ser uma fonte de preocupação. Grupos armados tais como as Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda (FDLR), as Forças Democráticas Aliadas (ADF) e o Exército de Resistência do Senhor (LRA) continuam a propagar terror.

26. As Partes ao Acordo-Quadro para a Paz, Segurança e Cooperação na RDC e na Região, que foi assinado em Adis Abeba, a 24 de Fevereiro de 2013, continuaram a implementá-lo. Na sua qualidade de co-promotora do Acordo, a UA está a envidar esforços com outros co-promotores, nomeadamente as Nações Unidas, Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), para fazer face aos desafios visando a plena implementação do Acordo-Quadro.

27. A Conferência exorta urgentemente a todos os intervenientes congolezes a participarem no processo do diálogo inclusivo, sob os auspícios do Sr. Edem Kodjo e em estreita cooperação com o Grupo de Apoio, constituído pela UA, CIRGL, SADC, ONU, UE e *Organisation Internationale de la Francophonie (OIF)*, com vista a encontrar uma solução consensual relativa ao processo eleitoral, incluindo a mobilização de recursos para as eleições. A Conferência insta, igualmente, os países da Região a preservar a implementação do Acordo-Quadro, melhorando desta forma a sua cooperação a fim de neutralizar as forças negativas que operam na parte oriental da RDC. A Conferência insta

ainda o Governo da RDC e a MONUSCO a reforçar mais a sua cooperação para maior eficiência na luta contra os grupos armados na parte oriental da RDC.

f) Líbia

28. A situação na Líbia testemunhou desenvolvimentos políticos significativos. A 14 de Fevereiro de 2016, o Conselho Presidencial anunciou a formação de um Governo de Unidade Nacional (GNA). Subsequente a este desenvolvimento, esforços internacionais centraram-se na persuasão dos membros da Câmara dos Deputados (HoR) e a sua Presidente, a Sra. Agila Saleh, a aprovar o GNA proposto de modo a reforçar a sua legitimidade. A aprovação do Parlamento é necessária para criar as condições necessárias para reconstituir as instituições fragmentadas do Estado e restaurar a estabilidade através da reorganização eficaz de várias milícias armadas. Como observação complementar, a 23 de Fevereiro de 2016, a maioria dos membros do HoR assinou uma declaração na qual afirmou a sua aprovação do GNA, conforme proposto pelo Conselho Presidencial.

29. Além da vertente política, há igualmente esforços complementares que estão a ser envidados, incluindo o trabalho do Grupo de Elaboração da Constituição (CDA), que tem em vista finalizar o projecto de constituição da Líbia que será subseqüentemente submetido ao povo Líbio para o referendo. Como parte da facilitação deste esforço, uma reunião consultiva inclusiva do CDA foi realizada em Oman a 17 de Março de 2016, e deliberou sobre questões constitucionais remanescentes que ainda devem ser resolvidas.

30. Como parte da implementação do Acordo Político Líbio, os membros do Conselho Presidencial chegaram a Trípoli a 30 de Março de 2016. Após a chegada do Conselho Presidencial em Trípoli, previa-se que o roteiro para a conclusão da transição democrática da Líbia se centrasse primeiro na aprovação do GNA pelo HoR; segundo, no reforço das várias instituições fragmentadas, e terceiro, na reorganização do sector de segurança com vista a combater de forma eficaz a expansão do grupo terrorista do Estado Islâmico. Os países vizinhos da Líbia continuam a participar activamente na busca de uma solução para o conflito.

31. A situação humanitária e dos direitos humanos no país, aliada às actividades terroristas, incluindo do Estado Islâmico, continuaram a deteriorar. Em todo o país, 2.4 milhões de pessoas precisam de assistência humanitária e mais de 40 por cento das unidades sanitárias na Líbia não estão a funcionar. Mais de um milhão de crianças com menos de cinco anos enfrentam o risco de escassez de vacinas. Ademais, cerca de 1.3 milhões de pessoas enfrentam uma situação de insegurança alimentar no país.

32. Durante o período de elaboração do presente relatório, o HoR ainda não tinha convocado uma reunião formal para aprovar o Governo de Unidade Nacional. É, igualmente, importante observar que as forças leais ao GNA reportaram a 11 de Junho de 2016, que haviam alcançado os arredores de Sirte, uma cidade que estava sob controlo do Estado Islâmico durante muito tempo. A cidade testemunhou recentemente combates renhidos. Olhando para o futuro, a UA, através do Alto Representante para a Líbia, irá desempenhar um papel importante na assistência ao novo Governo Líbio através de acções concretas, incluindo o apoio às reformas no sector de segurança, bem como na partilha de experiência no processo de reconciliação nacional e cura.

33. A Conferência poderá desejar enaltecer o Presidente da UA, Presidente Deby Itno, pelas suas iniciativas e apoio prestado para a reconciliação na Líbia. A Conferência poderá desejar enaltecer igualmente e reiterar o seu apoio aos esforços do Alto Representante da UA, o antigo Presidente Jakaya Kikwete da Tanzânia e incentivá-lo a perseverar. A Conferência poderá também reiterar o compromisso da UA de apoiar as partes líbias para encontrar uma solução duradoura à crise que o país enfrenta.

g) Guiné-Bissau

34. Nos últimos meses, a situação na Guiné-Bissau tem sido marcada por crises políticas e institucionais contínuas que assolaram o país, que quase paralisaram todos os aspectos da economia, incluindo a segurança e o desenvolvimento socioeconómico. Foi nesse contexto que o CPS realizou uma missão de campo à Guiné-Bissau, de 16 a 21 de Março de 2016, para avaliar a situação no terreno e para identificar formas de contribuir para a resolução da crise política e institucional prevalecente no país. O CPS elogiou a Autoridade da CEDEAO pela decisão tomada na Guiné-Bissau, durante a sua 49ª Sessão Ordinária, realizada no dia 04 de Junho de 2016, em particular pelo envio de uma Delegação de Alto Nível à Guiné-Bissau e de renovar o mandato da Missão da CEDEAO na Guiné-Bissau (ECOMIB) por um período adicional de um ano.

35. Nesse sentido, a Conferência poderá desejar apelar ao Presidente e todos os intervenientes políticos a iniciarem um diálogo genuíno para pôr fim à crise através do pleno respeito pela Constituição do país. A Conferência poderá desejar saudar os esforços envidados pela CEDEAO, nomeadamente através da participação do seu Presidente Cessante, S.E. Macky Sall do Senegal e da antigo Presidente Olusegun Obasanjo da Nigéria, bem como as iniciativas tomadas pela CPLP em apoio à paz e estabilidade na Guiné-Bissau. A Conferência poderá ainda enaltecer o papel crítico desempenhado pela ECOMIB, na estabilização do país.

h) Mali e Sahel

36. A situação no Mali tem-se registado pela busca de esforços para implementar o Acordo de Paz e Reconciliação, decorrente do processo de Argel, assinado a 15 de Maio e 20 de Junho 2015, pelo Governo e os movimentos armados.

37. Durante os últimos meses, houve um progresso real na implementação do acordo. No que concerne às questões políticas e institucionais, as novas regiões de Menaka e Taoudeni entraram numa fase operacional, com a nomeação dos seus respectivos governadores nos finais de Janeiro de 2016, que foram empossados em Março. A Assembleia Nacional aprovou, em 31 de Março de 2016, os textos que alteram a lei relativa às Autoridades Locais para permitir o estabelecimento das autoridades locais provisórias responsáveis pela administração no norte do Mali. Esta questão, pendente desde Outubro de 2015, tornou-se numa fonte de bloqueio na implementação do Acordo, na medida em que os Movimentos associam isso ao lançamento do Mecanismo de Coordenação Operacional (OMC) e o acantonamento dos Combatentes. Os Membros da oposição do Parlamento do Mali contestaram pela inconstitucionalidade contra a Lei sobre a criação das Autoridades provisórias. Numa decisão aprovada a 5 de Maio de 2016, o Tribunal

Constitucional declarou que a lei sobre a criação das Autoridades provisórias estava em conformidade.

38. Na véspera do primeiro aniversário da assinatura do Acordo de Paz, o Comité de Acompanhamento sobre o Acordo de Paz e Reconciliação em Mali (CSA), reuniu-se a 18 de Junho de 2016, em Bamaco, sob a presidência do Ramtane Lamamra, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional da Argélia, para avaliar o primeiro ano de implementação do Acordo. No entanto, o processo da implementação do Acordo é prejudicado por desafios que atrasam o seu progresso e concretização. Estes desafios estão relacionados, por um lado, a falta de financiamento para projectos e programas previstos no Acordo, e, por outro, a ameaça de terrorismo e crimes transnacionais, que continuam a abrandar todas as actividades de desenvolvimento. Para este efeito, o Comité de Acompanhamento apelou a todos os parceiros do Mali para proporcionar um apoio maior e urgente nas áreas de financiamento do desenvolvimento e da luta contra o terrorismo. Nesta ocasião, a comunidade internacional saudou particularmente o compromisso fiel e rigorosos da Argélia, que deu origem à esperança de que o Mali em breve retornaria ao caminho da paz, estabilidade e desenvolvimento.

39. É de salientar que as partes do Mali, assinaram em 19 de Junho de 2016 o Memorando de Entendimento sobre as autoridades provisórias, que é um progresso significativo, abrindo o caminho para a implementação acelerada de outras disposições do Acordo.

40. No que diz respeito à situação de segurança, o período em análise foi marcado por alguma deterioração no terreno. As emboscadas recentes, bombardeamentos e os ataques complexos contra as posições e elementos das forças armadas malianas, as forças internacionais, MINUSMA e a Operação Francesa de barkhane todos falam por si. O aumento da violência e aumento de ataques nas regiões de Mopti e Timbuktu na parte central do país, particularmente relacionados com as actividades e a crescente influência de alguns grupos terroristas, cujas actividades se estendem para os países vizinhos.

41. No âmbito da sua acção no Sahel e tendo em conta estes desenvolvimentos no Mali, a Comissão, incluindo a MISAHÉL, prosseguiu os seus esforços para implementar a Estratégia da UA para a Região do Sahel, aprovado pelo CPS em 11 de Agosto de 2014. Assim, no contexto do seguimento das decisões da primeira reunião dos Ministros da Defesa e chefes de Estado Maior General dos países membros do Processo de Nouakchott, realizada em Bamaco, a 4 de Setembro de 2015, a UA enviou para Mali uma Missão de Avaliação Preliminar Conjunta de ameaças à segurança no norte do Mali, para uma possível implantação duma Força de Intervenção Regional para lutar contra o terrorismo no norte do Mali e na Região. No momento da finalização deste relatório, a Comissão estava a fazer os preparativos para enviar, de 23 a 31 de Julho de 2016, ao norte do Mali uma Missão de Avaliação composta pela UA, Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), as Nações Unidas e os países da Região.

42. A Conferência poderá felicitar as partes do Mali sobre o progresso tangível alcançado no primeiro ano de implementação do Acordo de Paz e Reconciliação decorrente do Processo de Argel e encorajar as partes do Mali para redobrar os esforços para promover a paz duradoura e a reconciliação no Mali. A Conferência pode expressar a sua apreciação à

Argélia, o Presidente do Comité de Acompanhamento sobre o Acordo (CSA) por prosseguir a sua mediação, para os países e organizações, membros do CSA pelo seu apoio às partes Malianas. A Conferência pode reiterar a sua firme condenação dos ataques terroristas no Mali contra as forças armadas do Mali, as forças internacionais, MINUSMA e Operação Barkhane e sublinhar a necessidade duma rápida criação duma força de intervenção a ser implantada no norte do Mali, para combater o terrorismo e grupos criminosos que operam em parte do país. A Conferência poderá reiterar o apoio completo à MINUSMA e aos seus Países que Contribuem com Forças Militares e apelar para o reforço da Missão. A Conferência poderá fazer um apelo urgente aos parceiros internacionais para aumentar o seu apoio aos países do Sahel nos seus esforços contra o terrorismo e o crime organizado transnacional. No âmbito dos esforços para a coordenação e reforço da sinergia nas acções no Sahel, a Conferência poderá restaurar a noção duma Conferência Internacional sobre Paz e Desenvolvimento na região do Sahel, a ser realizada sob os auspícios conjuntos da UA e Nações Unidas.

i) República Centro Africana

43. Na República Centro Africana (RCA), a situação política e de segurança melhorou consideravelmente, após a organização das eleições presidenciais e legislativas bem-sucedidas e do estabelecimento de um novo governo. Foi dentro deste contexto que o CPS, na sua 586ª reunião, realizada em 31 de Março de 2016 decidiu levantar a suspensão da participação da RCA nas actividades da UA, bem como todas outras medidas tomadas para garantir que os intervenientes nas actividades da RCA trabalhem irreversivelmente para a restauração norma da ordem constitucional.

44. No entanto, a situação de segurança ainda é marcada por incidentes de violência e abusos cometidos contra a população por indivíduos armados não identificados, que muitas vezes operam com elementos do grupo terrorista do Exército de Resistência do Senhor (LRA). É neste contexto que o LRA ainda continua apresentar uma ameaça para a paz e estabilidade na RCA e a sua erradicação requer uma cooperação internacional e Africana mais ampla. A situação humanitária melhorou significativamente. Notavelmente, o número de pessoas deslocadas internamente diminuiu significativamente desde Fevereiro de 2016, mas ainda há 466,091 refugiados da África Central, principalmente nos países vizinhos. O país continua a enfrentar escassez de alimentos. Estima-se que cerca de 2,35 milhões de pessoas estão em situação de insegurança alimentar, cuidados de saúde e precisando de apoio e acesso à água potável.

45. No momento da elaboração do presente relatório, estavam em curso consultas entre a UA, ONU e o Governo da RCA, para convocar, em Agosto de 2016, uma reunião do Grupo de Contacto Internacional (ICG) sobre a RCA. Essa reunião será uma oportunidade de transformar o ICG num Grupo de Apoio Internacional.

46. A Conferência poderá elogiar as autoridades da Transição na RCA, particularmente a Presidente Catherine Samba-Panza, e os países da sub-região pela sua contribuição multifacetada e decisiva para a resolução da crise Centro Africana, bem como a conclusão com êxito da transição política no país. A Conferência poderá agradecer igualmente aos parceiros da UA pelo seu apoio aos esforços para estabilizar a situação na RCA e incentivá-

los a continuar com os seus esforços de ajudar com a consolidação de paz e estabilidade na RCA, e aumentar o programa da recuperação económica.

j) Sahara Ocidental

47. O conflito no Sahara Ocidental, que está na Agenda das Nações Unidas da descolonização há mais de 50 anos, incluindo vinte e cinco das quais está no contexto do processo de paz neste momento em curso na sequência da aceitação, por Marrocos e POLISARIO do Plano de Resolução da OUA, tal como aprovado pelo Conselho de Segurança da ONU em Abril de 1991, continua por resolver até à data.

48. O impasse contínuo levou o Secretário-Geral, Ban Ki-Moon a visitar a região em Abril de 2016 - a primeira de um Secretário-Geral das Nações Unidas desde 1998. Embora Marrocos tenha recusado a permitir que o Secretário-Geral da ONU visitasse Rabat e o território sob a sua ocupação, o Sr. Ban Ki-Moon visitou os campos de refugiados da Frente POLISARIO em Tindouf, o território libertado de Bir Lahlou, bem como Argel e Nouakchott e enfatizou a necessidade imperiosa de fazer progressos rápidos na busca de uma solução para a disputa, sublinhando os riscos envolvidos para a paz e estabilidade na região do Sahelo-Sahel, devido à continuação do conflito. Sublinhou ainda as crescentes frustrações e deterioração da situação humanitária nos campos como desenvolvimentos preocupantes.

49. Marrocos, que não acolheu a visita do Secretário-Geral, expressou descontentamento sobre o resultado da visita do Secretário-Geral e acusou o Sr. Ban Ki-moon de parcialidade. Num movimento extremo e brutal, Marrocos expulsou 81 funcionários da Missão das Nações Unidas para o Referendo no Sahara Ocidental (MINURSO) e 3 da UA, num prazo de 72 horas, jogando assim a MINURSO e todo o processo de paz numa desordem total e numa paralisia sem precedentes. Isso cria um precedente bastante perigoso a todas as operações de paz. Na verdade, é um precedente grave uma vez que países como a República Democrática do Congo e o Sudão são negados o direito de calibrar a presença de Missões da ONU em seus territórios soberanos; enquanto o Marrocos está se comportando duma maneira tão irresponsável num território não-autónomo onde as Nações Unidas arcam com a responsabilidade primária da sua descolonização.

50. Posteriormente, o Secretário-Geral Ban Ki-Moon apresentou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas o seu relatório sobre a situação no Sara Ocidental e, entre outras coisas, recomendou a renovação do mandato da MINURSO por mais 12 meses, até, 30 de Abril de 2017. Em resposta a expulsão do pessoal da ONU e da UA de Marrocos, o Secretário-Geral solicitou ao Conselho de Segurança para restaurar e apoiar o papel mandatado à MINURSO, manter os padrões de manutenção da paz e da imparcialidade das Nações Unidas e, mais importante, evitar criar um precedente para as operações de paz das Nações Unidas em todo o mundo.

51. O Conselho de Segurança da ONU analisou o relatório do Secretário-Geral da ONU e aprovou, em 29 de Abril de 2016, a resolução 2285 (2016) sobre o Sara Ocidental, e não por unanimidade, como no voto anterior, mas por uma votação de 10 para 2 Contra (Venezuela e Uruguai) e 3 abstenções (Angola, Nova Zelândia, Rússia). O Conselho de Segurança abordou a crise que foi desencadeada pelas medidas marroquinas de expulsão

e enfatizou a necessidade urgente da MINURSO voltar à funcionalidade completa. Além disso, o Conselho de Segurança solicitou ao Secretário-Geral para informar ao Conselho, no prazo de 90 dias, se a MINURSO voltou à plena funcionalidade e, se não tiver sido feito, considerar a melhor forma de facilitar o cumprimento desta meta. Até agora, e apesar do prazo expirar no final de Julho de 2016, nenhum progresso foi oficialmente observado até à data de permitir a componente civil expulsa a voltar para MINURSO.

52. Por seu turno, o CPS analisou a situação do Sara Ocidental, na sua reunião realizada a 6 de Abril de 2016, e, entre outras coisas, elogiou os esforços do Secretário-Geral da ONU, na procura de uma solução para o conflito no Oeste Sahara, incluindo a sua recente visita à região e condenou Marrocos por expulsar a MINURSO e o pessoal da UA de Sara Ocidental. O CPS reiterou igualmente o seu apelo à ONU de modo a estabelecer uma data para a realização de um referendo sobre a auto-determinação do povo do Sahara Ocidental – um direito inalienável daquele povo que há tanto tempo sofre.

53. Além disso, despachei, de 25 a 28 de Abril de 2018, o meu Enviado Especial, o antigo Presidente Joaquim Chissano, para Nova Iorque no sentido de partilhar a posição de África sobre a questão com o Conselho de Segurança da ONU e debater a forma de colmatar o impasse actual. No que respeita aos arranjos de procedimento facilitados por Angola e Venezuela, o Enviado Especial foi capaz de dar um informe numa sessão informal muito concorrida do Conselho de Segurança da ONU.

54. A Conferência poderá querer exortar ao Conselho de Segurança da ONU a tomar medidas definitivas para permitir que as pessoas, sem mais delongas, do Sahara Ocidental a determinar o seu futuro num referendo de auto-determinação, em conformidade com a legalidade internacional, para restaurar a funcionalidade plena da MINURSO, incluindo Representantes da UA, para reactivar o processo político e reforçar o diálogo directo necessário entre as duas partes e exigem medidas activas e urgentes para a protecção dos recursos naturais do Sahara Ocidental, bem como os direitos humanos no território. A Conferência poderá desejar solicitar à Comissão da UA a levar a cabo medidas, em consulta com a ONU, no sentido de realizar, na Sede da UA, a Sessão Especial sobre o Sahara Ocidental, decidida pelo Comité Especial sobre a Situação relativo à Implementação da Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais (Comité dos 24).

k) Esforços da UA no combate ao terrorismo e o extremismo violento

55. Um número crescente de Estados-membros da UA continua a ser vítima de vários actos hediondos de terrorismo, com terroristas direccionando cada vez mais ataques em alvos fáceis resultando na morte e ferimentos de dezenas de civis inocentes, bem como destruição de propriedades. Os recentes ataques terroristas contra hotéis no Mali, Burkina Faso e Côte d'Ivoire por grupos aliados à Al-Qaida no Magrebe Islâmico (AQIM), são indicativos da tática contínua de escolher alvos fáceis, como parte de sua publicidade, com o propósito de desestabilizar o Estado e as suas instituições e desanimar a população. Nesse sentido, a Comissão está igualmente a trabalhar com a CEDEAO, as Nações Unidas e os países da região para o envio, a 23 de Julho de 2016, para o norte do Mali de uma Missão Conjunta de Avaliação para avaliar o possível destacamento de uma Força Regional de Intervenção para combater o terrorismo no norte do Mali e na região.

56. A Comissão da UA, particularmente através do Centro Africano para o Estudo e Investigação sobre o Terrorismo (ACSRT), continua a apoiar os esforços dos Estados-membros na prevenção e combate ao terrorismo, por meio de várias iniciativas de capacitação com vista a reforçar as capacidades nacionais das relevantes agências e fortalecimento das instituições nacionais. A Comissão continua igualmente a apoiar os Estados-membros na revisão das suas legislações nacionais em conformidade com a Lei Modelo Africana sobre o Combate ao Terrorismo.

57. Em relação à luta contra o grupo terrorista especificamente na Bacia do Lago Chade, foram alcançados enormes progressos pela Força Operacional Multinacional Conjunta (MNJTF) lutando contra o grupo terrorista Boko Haram. Graças a estes esforços, Boko Haram tem vindo a degradar-se e contidos com a maioria do solo ocupado por Boko Haram formalmente a ser retomado, um número substancial dos seus combatentes mortos em combates e os outros capturados. A capacidade de combate do Boko Haram está significativamente degradada, mas ainda possui a capacidade de lançar Dispositivos Explosivos Improvisados (IED) e ataques suicidas, particularmente ao longo das principais rotas de abastecimento e contra a população. O Boko Haram mudou das suas principais operações ao longo dos últimos meses, a partir da parte sul na área de Operação de MNJTF para a parte Nordeste, uma área da tríplice-fronteira que une Níger, Nigéria e Chade.

58. Para melhorar as operações da MNJTF contra Boko Haram, a UA colocou mecanismos em prática para apoiar as Forças. Estes constituem o Memorando de Entendimento (MOU) da UA-LCBC sobre a Prestação de Apoio à MNJTF que foi assinado a 16 de Outubro de 2015, bem como o Acordo de Apoio à Implementação (SIA), que foi assinado em 29 de Janeiro de 2016 entre a UA, LCBC e os Ministros da Defesa dos Países que Contribuem com Tropas. A UA criou uma Unidade de Apoio Estratégico na Comissão para coordenar o apoio da UA de MNJTF de 2015, que está a ser proporcionado por uma Equipa de Apoio da Missão do pessoal de apoio da missão civil local e internacional com sede em N'Djamena, Chade. A UA organizou uma Conferência de Doadores em Addis Abeba, em apoio ao LCBC, no dia 1 de Fevereiro de 2016, para mobilizar recursos adicionais para a MNJTF. É de salientar que a UE anunciou o lançamento do seu apoio financeiro a muito tempo esperado para para o MNJTF da UA, até final de Julho de 2016.

59. Além disso, numa luta relacionada contra o terrorismo, a Força Regional de Tarefas da UA (AURTF) no âmbito do quadro da Iniciativa de Cooperação Regional da UA para a Eliminação do Exército de Resistência do Senhor (RCI-LRA), colocou ao longo dos últimos anos, uma tremenda pressão sobre o LRA. O impacto é que o grupo terrorista ficou severamente degradado. O LRA, tem agora menos de 150 combatentes armados sob o comando geral do seu fundador, Joseph Kony. Mas, apesar da degradação, ainda representa uma ameaça grave para os civis indefesos nas zonas afectadas. Isto foi demonstrado por uma série de ataques e raptos que o grupo levou a cabo num passado recente. Entre Janeiro e Fevereiro de 2016, o LRA sequestrou 232 civis na parte leste da RCA numa série de ataques.

60. A Comissão, com base na decisão do CPS na sua 601^a reunião realizada a 30 de Maio de 2016, dirigiu uma Missão de Avaliação Técnica para as zonas afectadas pelo LRA, entre Junho e Julho de 2016, para, entre outras, facilitar a possível transformação do

RTF/RCI-LRA numa missão multidimensional e fortalecer a participação da FACA (unidade robusta do Exército da RCA) na RTF. Na mesma reunião, o CPS estendeu o actual mandato da RCI-LRA até 22 de Maio de 2017. A Comissão continua focalizada na necessidade de reabilitar as zonas e comunidades afectadas pelo LRA, incluindo a revitalização do estudo das necessidades de reabilitação das zonas afectadas pelo LRA, apoiado e liderado pela UA e pelo Banco Mundial/ Banco Africano de Desenvolvimento.

61. A Conferência poderá desejar apelar às Nações Unidas e à Comunidade Internacional a apoiar a iniciativa da UA de destacar uma Força Regional de Intervenção, no seio da ONU, para combater o terrorismo no norte do Mali e no Sahel. A Conferência poderá desejar saudar os esforços da LCBC e Benim e apelar para os esforços sustentados em prol da eliminação de Boko Haram. A Conferência poderá desejar apelar à comunidade internacional para proporcionar recursos materiais e financeiros adicionais para garantir apoio adequado para os esforços da LCBC contra o Boko Haram. A Conferência poderá desejar sublinhar a necessidade de ajudar a treinar, equipar e implantar uma unidade robusta do Exército da RCA (FACA) na RTF, a fim de evitar um vazio na segurança que poderia ser criado na RCA oriental, se as tropas de Uganda retirarem se do RTF conforme anunciado pelo Uganda. A Conferência poderá desejar instar os Estados-membros e parceiros a prestarem o apoio necessário ao ACSRT, de modo a cumprir com o seu mandato de forma eficaz.

l) Mulher, Paz e Segurança em África

62. Durante o período em análise, os Estados-membros da UA, com o apoio da Comissão da UA e parceiros, continuou a fazer progressos na implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a Mulher, Paz e Segurança, e da Resolução 1612 sobre a Criança em Risco e Protecção de Civis. Tem havido uma crescente consciencialização do aumento da presença de mulheres na manutenção da paz, mediação, reconciliação e outras actividades essenciais relativas à promoção da paz, segurança e estabilidade em África. Nesse sentido, o CPS realizou uma série de reuniões dedicadas à Mulher, Paz e Segurança, nas quais sublinhou a necessidade da mulher estar mais integrada nos processos de negociação e acordos de paz no continente. Apesar dos progressos realizados, as mulheres e as crianças continuam a representar a grande maioria das vítimas em situações de conflito. A Conferência poderá instar todos os Estados-membros a redobrar os seus esforços para garantir que as respectivas legislações nacionais coincidam com as disposições da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, instrumentos da UA e outras legislações internacionais que protegem os direitos da mulher e da criança.

m) Criança em Situações de Conflito em África

63. Os Estados-membros continuam, com o apoio da Comissão da UA, a redobrar os seus esforços na protecção da criança em situações de conflito em África. Foram alcançados progressos para reforçar os quadros jurídicos existentes e para abordar as violações graves dos direitos da criança em áreas de conflito no continente. Apesar dos progressos alcançados, há ainda uma implementação fraca e lenta dos instrumentos jurídicos da UA e internacionais existentes, relativos à protecção dos direitos da criança. Nesse sentido, o CPS, durante as suas reuniões, sublinhou a necessidade de todos os Estados-membros

integrarem a protecção da criança, das infra-estruturas e do pessoal de educação nos seus sistemas de gestão e administração pública. A Conferência poderá desejar enfatizar a responsabilidade primária dos governos dos Estados-membros no sentido de garantir que as crianças sejam protegidas e que os seus direitos e bem-estar sejam promovidos.

III. CONCLUSÃO

64. Saúdo o CPS que continuou, com apoio da Comissão, CER/MR e OSC, bem como com os parceiros, implantar os esforços sustentados para enfrentar os desafios e consolidar melhor os progressos já alcançados na promoção da paz, segurança e estabilidade no continente. Estes esforços são louváveis e apelo ao seu reforço, por forma a providenciar a energia necessária e momento para silenciar as armas em África até 2020 e mais além.

65. Os desafios de paz e segurança de África exigem o nosso compromisso renovado e abordagens inovadoras para resolver as situações de conflito e de crise. Nesse sentido, apelo à tomada de medidas enérgicas para respostas atempadas à situações de crises e conflitos, conforme o continente intensifica os seus esforços de prevenção e mediação. Assim, dada a tendência actual de recaídas em alguns países, apelo ao esforço redobrado para a implementação das actividades pós-conflito e de estabilização. Para o continente alcançar tudo isso e para realizarmos o nosso princípio de *soluções africanas para os problemas africanos*, é imperativo disponibilizar, de dentro do continente, os financiamentos necessários e outros requisitos para cumprir o compromisso feito de promover uma África livre de conflitos.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Assembly Collection

2016-07-18

Report of the Chairperson of the Commission of the African Union on the Current State of Peace and Security in Africa

African Union

DCMP

<https://archives.au.int/handle/123456789/9029>

Downloaded from African Union Common Repository